1 **ATA N. 05 – REUNIÃO DO FÓRUM INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DOS**
2 **PLANOS EDUCAÇÃO**

3 As 14h00 min do dia dezanove de maio do ano de dois mil e vinte e dois, na Sala de Reuniões nº
4 01, 1º Andar, da Sede das Promotorias de Justiça da Capital, localizada no endereço, Avenida
5 Desembargador Milton Figueiredo Ferreira Mendes, S/N, Setor D, Centro Político
6 Administrativo, Cuiabá/MT, deu-se início a 1º Reunião do Fórum Intersectorial de
7 Acompanhamento dos Planos de Educação (FAIPE) do ano de 2022, com a seguinte pauta: **1. O**
8 **retorno das reuniões do Fórum; 2. Proposta de Calendário de Reuniões para 2022; 3.**
9 **Discussão das da educação pós-pandemia; 4. Reavaliação das metas de acompanhamento**
10 **do Fórum FAIPE; 5. Apresentação do roteiro de atuação para acompanhamento dos planos**
11 **de educação.** A reunião foi presidida pelo Promotor de Justiça, Dr. Miguel Shhessarenko Junior,
12 e estavam presentes: Valdelice de Oliveira Holanda, representante da Secretaria de Estado de
13 Educação (SEDUC-MT); Loraci Verdi Lamb, representante do Sindicato dos Servidores
14 Públicos da Educação Profissional e Tecnológica de Mato Grosso (SINPROTEC-MT); Erivaldo
15 Costa Portela, representante da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
16 (SECITECI); Manoelina Soares, representante do Conselho do FUNDEB; Wesley Snipes Correa
17 da Mata, representante do Conselho Estadual de Educação (CEE); representante da União
18 Nacional dos Estudantes (UNE); Elijane Gonçalves Lopes, Débora Marques Vilar, Solange M. M.
19 R. A. da Silva e Zileide Lucinda dos Santos, representantes da Secretaria Municipal de Educação
20 de Cuiabá (SME); Edemilson Ervando Oliveira da Silva, representante do Conselho Municipal
21 de Alimentação Escolar (CMAE); Fernanda A. Mattos, Pamela Pat N. Oliveira e Nara Teixeira
22 de Souza, representantes do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso
23 (SINTRAE-MT); Francisca R. Barbosa, representante da Comissão de Educação, Ciência e
24 Tecnologia da Câmara de Vereadores de Cuiabá; Eurípia de Faria Silva, representante do
25 Conselho Estadual de Alimentação Escolar (CEAE); Carlos Alberto Caetano, representante do
26 Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR); Juliana Ferrari, Neurilan Fraga e
27 Raiane Nunes, representantes da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM); Eduardo
28 Ferreira da Silva, representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
29 (UNDIME-MT); Edinéia Domingas de Miranda e Maria Alice de Barros Silva, representantes da
30 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande (SMECEL);
31 Andrea dos Santos, representante do Conselho Municipal de Educação (CME); Regina Lúcia
32 Borges Araújo, representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação
33 (UNCME) e a Vereadora Michelly de Alencar da Câmara Municipal de Cuiabá. Ao iniciar a
34 reunião, **Dr. Miguel Shhessarenko Junior**, cumprimentou e agradeceu a todos (as) presentes, e
35 solicitou aos participantes que se apresentassem indicando a instituição que representavam. Após
36 as apresentações retomou a fala, lembrando as metas dos Planos de Educação escolhidas pelo
37 Fórum FAIPE para acompanhamento, as metas priorizadas foram: **Meta 01**, referente a
38 universalização da Educação Infantil na Pré-escola e ampliar a oferta de Educação Infantil em
39 Creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três)
40 anos; **Meta 04**, que diz respeito a Educação Inclusiva, e visa universalizar para a população de 4
41 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas
42 habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional
43 especializado; **Meta 05**, alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano
44 do ensino fundamental; **Meta 07**, fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e
45 modalidades; **Meta 09**, elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou
46 mais e erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de
47 analfabetismo funcional; e por fim a **Meta 10**, oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento)
48 das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma
49 integrada à educação profissional. Pontou que, em virtude Pandemia de Covid-19 que provocou

50 o fechamento das escolas, trouxe severas consequências para educação e as principais demandas
51 que tem sido discutida no pós-pandemia são: avaliação diagnóstica; o acolhimento dos alunos e
52 dos professores; a recuperação da aprendizagem e a busca ativa escolar. Contudo, todos têm
53 acompanhado através da imprensa uma série de conflitos que vem ocorrendo nas escolas,
54 envolvendo alunos e professores com o retorno das aulas presenciais nas escolas, reafirmando a
55 necessidade do acolhimento nas escolas. Outra questão mais grave é estatística em todo o Brasil
56 sobre o abandono escolar, uma vez que, muitas crianças não conseguiram acompanhar o ensino
57 remoto, por mais avançado que fosse o recurso tecnológico utilizado, visto que este ensino seria
58 algo provisório, no entanto, foi adotado durante dois anos seguidos. Na sequência abriu a fala
59 para o Sr. Neurilan e o Sr. Eduardo, principais atores e multiplicadores do município, que
60 ressaltaram a importância do Fórum por se tratar da educação, Sr. Neurilan abre sua fala sobre os
61 municípios, pontuando que o Tribunal de Contas levantou o não cumprimento e qualidade dos
62 planos de educação, salienta que muitos municípios copiaram tais planos, devido isso, firmou-se
63 a parceria com o Tribunal de Contas na criação da plataforma de capacitação e formação para
64 todos os servidores da prefeitura, com avaliação ao final e constante dos mesmos, para terem a
65 aptidão sobre a prática dos aprendizados e eficiência das políticas públicas, tendo como um dos
66 temas, o realinhamento e adequação do plano municipal de educação, com profissionais da
67 prefeitura preparados para efetuar tal função, atendendo todas as intervenções necessárias e
68 precisas; frisou a importância da participação do Ministério Público na adesão e participação dos
69 gestores nas reuniões para compreenderem melhor sobre o plano de educação e as defasagens
70 nos aprendizados, sobre as metas levantadas sugeriu que fossem implantadas mais algumas, pois
71 não havia a questão pandêmica, como, colocar as 70 (setenta) mil crianças nas escolas, existe um
72 esforço grande entre os prefeitos e Tribunal de Contas no que se referente a busca ativa nas
73 escolas, para que juntos consigamos diminuir esse número, informou ainda que uma das causas
74 da evasão escolar, se trata do uso de drogas lícitas e ilícitas entre as crianças e adolescentes,
75 situação preocupante a ser colocada como meta, para que juntos possamos superar tais situações
76 e demais metas. Dr. Miguel destaca, que o material de monitoramento do Tribunal de Contas foi
77 confeccionado pelo Ministério Público, dirigido a priori aos promotores, porém é importante que
78 ele seja repassado a outros setores como secretarias demais órgãos e municípios, a fim de,
79 orientar para que cada município consiga realizar e acompanhar as monitorias das metas, um
80 item ressaltado grave, é que 70% (setenta por cento), dos municípios não tem acompanhamento
81 dos seus planos municipais de educação, a luz do PNE, salienta que estamos chegando ao seu
82 fim, sem perspectivas de cumprimento nem da metade do plano, as metas dos municípios
83 também não tem perspectiva, o Sr. Eduardo segue dialogando, reafirmando sobre as cópias do
84 planos já mencionadas, que não representam a autenticidade da educação nos municípios, em
85 2017 teve a oportunidade de revisar os planos com os realinhamentos necessários, acredita ser
86 indispensável a retomada dos mesmos de forma minuciosa e íntegra, quem fez a revisão de
87 forma adequada, o fez sozinho pois não tínhamos o fórum nacional de educação; os secretários
88 de educação fizeram o lançamento no sistema das metas, estratégias, indicadores e ações para
89 serem cumpridas; o Sr. Eduardo pontua que existe a lei do PNE, que poucos seguiram, externa
90 ainda a tristeza de perceber que a educação faz cópia em vez de construir conhecimento,
91 informou que vem reforçando sobre as metas, a busca ativa em todo o Brasil, abordando a
92 necessidade de estarmos repactuando o PNE, solicita ao Ministério Público que além das
93 formações pelo Tribunal de Contas às prefeituras e os apontamentos sobre o cumprimento das
94 metas, é necessário adesão e acompanhamento no que tange os planejamentos, principalmente
95 orçamentários, visto que a lei orçamentaria de 2023 já foi, que poderemos apenas fazer alguns
96 ajustes, estamos trabalhando com o retrocesso de um ano, ressalta que olhando para as
97 dificuldades e acertos podemos planejar 2024, no caminho de uma voz só, para melhor entrega, o
98 aluno com aprendizado de qualidade e lugar adequado, propõe ainda que o Tribunal de Contas,

99 ao fazer o planejamento da capacitação, que revejam as fragilidades e adéquem as formações à
100 realidade de cada município, almejando resultados positivos; a Sra. Valdelice informou que, a
101 Secretaria do Estado tem uma comissão interna que acompanha e verifica as metas do PNE,
102 porém há uma preocupação, na organização das parcerias do estado com os municípios, para
103 termos as garantias de cumprimento das metas, explica que devido o retorno não presencial não
104 estão fazendo fóruns com frequência, porém estão trabalhando em parceria com a UNDIME,
105 UNCME, com a conferência regional, sobre a avaliação do plano nacional dos municípios que
106 foram possíveis, para em julho ocorrer a conferência estadual e assim avaliar do plano estadual
107 de educação, ressalta e reconhece que têm poucas informações sobre o andamento dos mesmos,
108 que precisam articular mais com as redes municipais e que não houve uma reunião para saber o
109 que foi articulado nos planos a educação como única para os alunos; o Sr. Carlos passou a fala
110 para a Sra. Regina que, ressalta enquanto representante dos Conselhos estaduais e municipais, os
111 planos são coletivos e devem ser democráticos, porém na prática muito se sonhou, reformulou e
112 hoje de maneira geral os gestores têm muita dificuldade de cumprir o plano com lei a ser
113 cumprida, fazem os planos do governo, não se atentando aos dos municípios, o que gera
114 dificuldade na execução, a UNCME tem a responsabilidade no Brasil de reescrever esta história,
115 onde já estão avaliando os planos municipais, ressalta que a falta de um setor que cuida dos
116 planos prejudica pois muitas informações, elas se perdem, parabeniza o Dr. Miguel pela
117 retomada do Fórum FLAPE, onde se fazem as avaliações e retomadas dos indicadores do PNE,
118 comunicadas pelo Tribunal de Contas; com a retomada, as ações serão alinhadas e recolocadas
119 no lugar, sugere que escrevamos sobre a educação nesse período pós pandemia no site da
120 UNCME, finaliza convidando a todos para participar do Fórum que a mesma organizou; Dr.
121 Miguel ressalta dois pontos levantados, a importância do planejamento, delimitação de metas
122 tangíveis, concretas, a ansiedade na hora de definir os planos, em inserir o possível e máximo de
123 ser alcançado e nessa linha o que se constata ao longo dos anos, que falta além de definições de
124 planos irrealizáveis e a completa ausência de fiscalização, acompanhamento e monitoramento
125 desses planos e projetos de políticas públicas, adotadas pelos municípios, comenta, também o
126 Ministério Público que adotou planejamento estratégico, onde este ano por exemplo, especificou-
127 se ao máximo os acompanhamentos e fiscalização dos promotores, para não querer alcançar o
128 inalcançável, à educação propôs então acompanhar as metas 1 e 2, bem como a multiplicação do
129 projeto de medição escolar, prioritariamente em 14 municípios, auxiliando o enfrentamento a
130 violência escolar e resolução de conflitos nas escolas, que já foi encaminhado para a prefeitura
131 de Várzea Grande o convite para participar da apresentação do curso de Mediação Escolar e
132 Círculos de Paz, que tem como parceria a Secretaria de Educação e o Tribunal de Justiça para
133 auxiliar na solução de conflitos escolares, onde nesta edição inseriremos, os professores da rede
134 municipal de educação de Cuiabá e Várzea Grande, devido à quantidade maior de conflitos, por
135 se tratar de cidades maiores, dia 6 (seis) de julho faremos a divulgação e em julho iniciará o
136 curso, essas três metas do Ministério Público que vão até 2023 são metas objetivas, tangíveis e
137 vinculadas ao PNE, para que os promotores atuem e o Tribunal de Contas com as auditorias
138 auxiliem na atuação, a esse respeito não ver mais as metas e planos se perderem ao longo do
139 tempo, ficando sem interesse e fiscalização por parte de todos os que fizeram parte da construção
140 do PNE; em vista disso o Sr. da plenária reforça a fala dos supracitados acima e ressalta que os
141 governos mudam a cada quatro anos e os novos que entram, não tem o conhecimento do plano
142 municipal de educação, por isso reforça a necessidade da capacitação, para as equipes adequadas
143 à realidade de cada município, com polos e equipes permanentes, ou será muito difícil
144 acompanhar o cumprimento desses planos, o Fórum FLAPE, se faz muito importante nesse
145 sentido; a Vereadora Sra. Michele, salienta estar pronta para aliar forças para ajudar no que for
146 necessário; ainda em consonância com essas falas a representante da Secretaria de Educação não
147 identificada pelo áudio, fortalece que havia dentro da secretaria uma comissão que acompanhava

148 os planos e suas metas, porém com as mudanças internas, essa equipe não mais permanece,
149 ficando difícil tal acompanhamento, questiona que alguns planos não foram cópia, que participou
150 da elaboração de alguns, junto aos municípios, que os relatórios de 2016 a 2019 foram realizados
151 bem como a Conferência de Educação, porém ainda não tem a segurança e a credibilidade, em
152 saber se estão fazendo certo, porque entendemos que, precisamos da rede de apoio para que as
153 escolas possam inserir os seus relatórios, pensando já na construção do plano de 2024 e finaliza
154 sua fala pontuando que não estão alheios ao monitoramento dos planos e estão preocupados com
155 as metas; Sr. Carlos Alberto pontuou que acompanhou os Conselhos de Educação por muito
156 tempo, que precisamos retornar as ações, os efeitos da pandemia em relação as demandas dos
157 planos e seus monitoramentos, salientou sobre a falta do cumprimento de algumas metas no
158 plano anterior, que geraram fortes impactos nas políticas da educação, desde extinção de órgãos
159 importantes relacionadas aos processos das metas, logísticas e o pico da pandemia, onde foi
160 reinventado o método de atendimento remoto, que esta será então nossa grande área de esforços
161 pois é nela que ocorreram os abandonos escolares, muitas vezes por falta de acesso e estrutura,
162 pontua sobre algumas metas que foram inalcançadas por falta de orçamento, ou seja um
163 montante de fatos que desencadearam a situação que estamos agora, este Fórum resgata a
164 esperança da reavaliação e repactuação dos planos na sua realidade de execução, até mesmo pela
165 falta de condições de acompanhar outros itens de suma importância, para garantir o
166 acompanhamento dos planos, garantia do direito das crianças e adolescentes, outra questão
167 importante é o compromisso dos gestores, governantes políticos e União, propondo um
168 alinhamento e comprometimento de todos para realização das ações, planejamento orçamentário
169 e ter a relação dos planos municipais com os estaduais ajustados devidamente; reforçou
170 novamente Sr. Neurilan, não existe monitoramento decente sem alinhamento adequado, ensinar a
171 planejar e não entregar pronto, pois assim saberão observar as metas reais, as soluções, nós
172 enquanto parceiros estamos juntos para auxiliar a fazer junto, esperamos neste momento do
173 Ministério Público o monitoramento, para saber até onde o município está caminhando,
174 posteriormente equipe capacitada para monitorar, rever e repactuar avançando e atingindo
175 realmente quem necessita, apoiando e dando segurança, nós enquanto Fórum, precisamos nos
176 articular melhor, assistir quem realmente está fazendo, para que possamos avançar nos próximos
177 anos; após a capacitação do Tribunal de Contas, que seja feito um novo plano de educação
178 alinhando e atendendo as realidades acima já mencionadas, com inclusive assinatura de termos
179 de compromisso, sinalizando como meta número 1 (um); na sequência passou-se a palavra para a
180 Sra. Nara, que participou da construção do PNE e vibrou quando ele foi aprovado na Câmara,
181 pontuou que, sonhamos porque podemos melhorar, colocou que o que foi aprovado não foi o que
182 foi colocado nas conferências, chegou perto do que foi falado mas, não com exatidão, ressalta
183 ainda que os professores não tem um representante na Congresso Nacional, ficando sem força,
184 informa sobre a criação do Sistema Nacional de Educação, que ainda não foi aprovado, está na
185 Câmara para tal, porém diz que tem medo do que será aprovado neste sistema, por já ter se
186 passado muito tempo e ressalta que a educação é uma concessão de responsabilidade de todos e
187 necessita de um sistema, considera uma derrota a não aprovação deste sistema no momento
188 correto, pontua sobre a educação privada que houve algumas situações e não são atendidas ou
189 não podem ser faladas e discutidas, aponta sobre a diferença do piso salarial entre os professores
190 das redes estadual e privada, sobre a formação de cidadãos nas escolas privadas, onde não se
191 podem falar ou debater assuntos que causam conflitos e divergências, não tem participação nos
192 conselhos pela falta de apoio e que mesmo com a concessão, as escolas privadas são de
193 responsabilidades de todos aqui presentes no fórum; dando continuidade, o Sr. representante do
194 CNE, apontou que tem uma comissão de acompanhamento dos planos que estão sempre em
195 estudos, devido ser um plano novo, porém tem muitas dificuldades em receber os dados e
196 fazerem o acompanhamento, ressalta que já foram cobrados pelo Ministério Público sobre os

197 dados mas, devido essas divergências nos dados, não puderam atender com êxito, coloca a
198 importância da participação dos jovens no Fórum para construção e análise dos planos, que tais
199 planos sejam incluídos nas escolas de maneira mais plena, para o melhor conhecimento da
200 comunidade escolar, pontua que o plano sofreu desde sua confecção até sua aprovação e se
201 coloca a disposição para contribuir nas atividades propostas pelo Fórum FLAPE; o Dr. Miguel
202 ressalta a importância da capacitação dos conselheiros antes de ocuparem os cargos, para
203 fazerem o monitoramento do PNE, naquilo que tange os conselhos; solicitou a palavra a
204 professora Sra. Andreia, que concorda com a fala dos demais acima, pensa que estamos em um
205 momento de grandes sonhos e entusiasmo, porém que não se configuram por parte dos cortes de
206 recursos, ressalta que os gestores municipais fazem muitos, ficam com as maiores demandas,
207 mas o governo passou por cima do PNE, vindo com o militarismo, impondo ações, a exemplo, a
208 recente aprovação pelos governantes o Homeschool logo após uma pandemia, que houve um
209 enorme rompimento nos estudos e também crescimento nas violências causadas nas crianças que
210 ficam longe da escola, onde uma meta do ensino integral se mostraria extremamente relevante
211 para o ensino, os municípios se veem sozinhos, sem investimentos, etc, pontua que não sabemos
212 nem formular indicadores quem dirá avaliar, parabeniza a retomada do Fórum FLAPE e diz que o
213 Ministério Público, precisa ser mais atuante no apoio, para se fazer cumprir o plano sem
214 intervenção de políticos; em seguida Dr. Miguel fez a **sugestão das marcações das datas dos**
215 **Fórum, sendo a cada dois meses, na última quinta-feira do mês, porém caso haja alguma**
216 **alteração todos serão avisados, ficando agendadas para 28/07, 29/09 e 24/11 às 14 horas,**
217 **com a sugestão das seguintes pautas: solicita verificar por parte das Secretarias de estado e**
218 **municípios, como está a avaliação diagnóstica das redes de ensino, o acolhimento, a**
219 **retomada das atividades, a recuperação da aprendizagem e a busca ativa escolar na volta**
220 **das aulas presenciais,** ressalta que auxiliou o Tribunal de Contas e faltou a adesão de 2 (dois) ou
221 3 (três) municípios sobre a adequação e alimentação da plataforma, trazer uma **avaliação sobre**
222 **a meta 1, qual a porcentagem de atendimentos das vagas em creche,** por sugestão da plenária
223 trazer **um panorama parcial da avaliação do pró nacional da rede como um todo,** Sr.
224 Eduardo ressalta sobre a formação do cronograma de ações junto a UNICEF, UNDIME e
225 Tribunal de Contas na produção de relatórios, para recapitular as ações ditas aqui no Fórum, o
226 gestor municipal precisa entender que, tem que destinar recursos para isso, a fim de conseguir
227 cumprir as metas, retomando a fala, Dr. Miguel repassa sobre o portal aprovado pelo MEC, do
228 projeto de monitoramento de Santa Catarina, para desenvolver e multiplicar os planos de todos
229 os municípios, realizado com transparência no portal para acompanhamento de todos, o Projeto
230 ganhou prêmio do Conselho de Educação e está concorrendo ao Prêmio INOVARE, onde é
231 apoiado do pelo Tribunal de Contas, Ministério Público, UNDIME e Associações municipais,
232 devemos propagar e fazer as provocações de como estão os acompanhamentos das metas de
233 alguns municípios, ressalta sobre trazer a Câmara Municipal para a participação do Fórum, a fim
234 de acompanhar e fiscalizar juntos, Sr. Carlos pontua que para um próximo encontro, falarmos
235 sobre a meta 10, a Sra. Zileide, pontua que se assustou, pelo fato de tantos municípios não terem
236 feito a tarefa de casa, por não terem todos os dados, coloca que devemos realinhar e replanejar o
237 plano, devido a todos os acontecidos que passamos, para que todos tenhamos a oportunidades de
238 fazê-los devidamente, com a real situação do município, o Sr. Erivaldo, comenta sobre a utopia
239 dos planos, que é necessário planejar em cima dos indicadores e não só sonhando com as metas,
240 concorda sobre as falas dos demais, ressalta sobre a meta 10, aponta ainda, a necessidade das
241 provocações por conta do Tribunal de Contas serem mais rotineiras, que talvez o plano não seja
242 refeito agora devido a pandemia, que ele seja repedido e readequado, para que seja realmente
243 realizado, pois pontua que o Fórum não pode fazer seu papel de alinhar e cobrar, bem como os
244 gestores, o Dr. Miguel encerra o Fórum agradecendo presença e participação de todos,
245 comunicando sobre o Curso de Enfrentamento a Violência contra a Criança e Adolescente que

246 acontecerá nos dias 25 e 26/07/2022 e em junho teremos a apresentação do Curso de formadores
247 em Mediação Escolar, que será enviado a todos. Nada mais havendo a constar, eu, Lúcia Maciel
248 Couto, lavrei e encerro a presente Ata.